



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

GILMAR ALVES DE ALMEIDA FILHO

**RACISMO E LITERATURA: Uma análise da questão negra através da
Literatura**

CAMPINA GRANDE – PB
2019

GILMAR ALVES DE ALMEIDA FILHO

**RACISMO E LITERATURA: uma análise da questão negra através da
Literatura**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção de título de Licenciatura Plena em Letras, habilitação em Língua Portuguesa, pelo departamento de Letras e Artes do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba/Campus I.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino.

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A447r Almeida Filho, Gilmar Alves de.

Racismo e literatura [manuscrito] : uma análise da questão negra através da literatura / Gilmar Alves de Almeida Filho. - 2019.

17 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.

"Orientação : Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino, Coordenação do Curso de Letras Português - CEDUC."

1. Racismo estrutural. 2. Literatura. 3. Escravidão no Brasil. 4. Negro. I. Título

21. ed. CDD 305.8

GILMAR ALVES DE ALMEIDA FILHO

RACISMO E LITERATURA: UMA ANÁLISE SOBRE A QUESTÃO NEGRA ATRAVÉS DA
LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação/Departamento de Letras e Artes do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em Letras, habilitação em Língua Portuguesa.

Área de concentração: Literatura

Aprovada em: 10/12/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Alcione Ferreira da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	5
1.	APONTAMENTOS HISTÓRICOS E SOCIOLOGICOS	5
2.	FUNDAMENTOS LITERÁRIOS	8
3.	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	11
3.1.	A CRÍTICA SOCIAL MACHADIANA	11
3.2.	O MORRO SOB AMEAÇA INSTITUCIONAL	14
4.	APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS	16
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17

RACISMO E LITERATURA: uma análise da questão negra através da Literatura

Gilmar Alves de Almeida Filho¹

RESUMO

O presente trabalho propõe analisar a situação dos negros nos períodos abolicionista e atual através da literatura, bem como contribuir para o debate acerca do racismo e apontar como a literatura abordada essa temática. Para tanto, o presente texto se debruça sobre a crônica “Abolição e Liberdade” de Machado de Assis datada de 1888, e o conto “A História do Periquito e do Macaco” de Geovani Martins. 2018. De caráter bibliográfico qualitativo, o trabalho busca realizar uma leitura analítica para mapear e explorar o objeto de estudo. Em direção aos resultados, sistematiza algumas discussões sobre a história e condição negras a partir das reflexões, principalmente, de Silvio Almeida (2018) e Achille Mbembé (2014). No tocante à reflexão sobre a literatura, a presença de Antônio Candido (2008), Tzvetan Todorov (2009) e Nicolau Sevcenko (1999) fundamentam o estudo. Como resultados, averiguou-se que os séculos de escravidão no Brasil refletem nas relações raciais até os dias atuais através de uma estrutura racial, a qual a literatura, ao cumprir sua função social, consegue colaborar na compreensão dessas relações raciais.

Palavras-chave: Racismo Estrutural; Questão Negra; Literatura.

ABSTRACT

This paper proposes to analyze the situation of blacks in the abolitionist and current periods through the literature, as well as to contribute to the debate about racism and to point out how the literature approached this theme. To this end, the present text focuses on the chronicle “Abolição e Liberdade” by Machado de Assis, dating from 1888, and the story “A História do Periquito e do Macaco” by Geovani Martins. 2018. With a qualitative bibliographic character, the work seeks to perform an analytical reading to map and explore the object of study. Towards the results, it systematizes some discussions about black history and condition from the reflections, mainly from Silvio Almeida (2018) and Achille Mbembé (2014). Regarding the reflection on the literature, the presence of Antonio Candido (2008), Tzvetan Todorov (2009) and Nicolau Sevcenko (1999) support the study. As a result, it was found that the centuries of slavery in Brazil reflect on race relations to the present day through a race structure, which literature, by fulfilling its social function, can collaborate in the understanding of these race relations.

Keywords: Structural Racism; Black Question; Literature.

¹ Graduando em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – *Campus I*.

INTRODUÇÃO

Aristóteles já dizia que a “arte imita a vida”. A literatura, inserida na arte, cumpre esse papel. Ela descreve, narra e expõe nuances do mundo ou da realidade com sutileza ou até mesmo com certa veemência. Ela, a literatura, não se limita à melancolia das relações psicológicas nem nas contradições delas ou que elas possam refletir. Entretanto, a literatura tem a capacidade não só de imitar a vida, mas, também, de recriá-la. Nesse contraponto, pode-se afirmar que, ao tratar de temas oriundos dos conflitos sociais, a literatura não só imita uma determinada realidade de um determinado contexto, ela subsidia também uma intervenção a partir das possibilidades de inferências que ela produz.

Dos conflitos sociais, não tem como não mencionar o mais doloroso de toda a história do Brasil: a escravidão. Neste ponto, acrescenta-se que a cerne das relações raciais se encontram engendradas na estrutura conflituosa do sistema escravocrata, não somente no tocante ao segmento econômico, mas, principalmente, no social. E, como relatado no anterior parágrafo, a literatura certamente caracteriza essas relações e suas facetas independentemente do período histórico. Dito isto, toma-se a questão racial através da literatura como amago de discussão neste trabalho.

De caráter bibliográfico qualitativo, o trabalho busca realizar uma leitura analítica para mapear e explorar o objeto de estudo, no intuito de responder aos questionamentos: Qual a situação dos negros nos períodos abolicionista e atual? Qual a contribuição da literatura neste interim? Assim, esse trabalho tem por finalidade analisar a situação dos negros nos períodos abolicionista e atual através da literatura através de um recorte presente nas narrativas *Abolição e Liberdade (1888)* de Machado de Assis e o conto *A história do Periquito e do Macaco (2018)* de Geovani Martins, além de contribuir para o debate acerca do racismo e evidenciar de que forma a literatura aborda os conflitos em questão, levando em consideração que a escravidão reflete até os dias atuais nas relações raciais, deixando suas marcas - e observando que a literatura desenvolve o papel de abordar estes conflitos.

Por tanto, este trabalho amplia o debate acerca do racismo e o uso da temática na literatura, o que demonstra compromisso com a questão racial e com a ciência, conforme Silvio Almeida (2018). Na prática, o presente trabalho encontra-se dividido em quatro etapas: Apontamentos históricos e sociológicos, trazendo reflexões acerca do racismo com fundamentos em, principalmente, Silvio Almeida (2018) e Achille Mbembé (2014); Fundamentos Literários, que apresenta alguns fundamentos acerca da função social da literatura e sua importância, tomando como base textos de Antônio Candido (2008), Tzvetan Todorov (2009) e Nicolau Sevcenko (1999); Análise do *corpus*, constituído pela crônica *Abolição e Liberdade (1888)* de Machado de Assis e o conto *A história do Periquito e do Macaco (2018)* de Geovani Martins; e, por fim, as aproximações conclusivas.

1. APONTAMENTOS HISTÓRICOS E SOCIOLÓGICOS

O Brasil foi uma das últimas nações do mundo a abolir a escravidão. Mesmo que tenha acontecido tardiamente, a verdade é que o processo de

abolição era mais uma tendência de mercado, do que uma visão humanitária. Ou seja, os interesses envolvidos não eram de garantir à pessoa negra a dignidade de uma pessoa livre e de direitos, mas de rechaçar o modelo econômico vigente em substituição a outro, o capitalista. Tanto é que, ao invés de garantir o pleno direito aos negros de trabalhar nos estabelecimentos nos quais já serviam, os ex-donos de escravos despejaram esses negros de suas casas, estabelecimentos e fazendas.

Os negros libertados, sem dinheiro e sem preparação profissional, foram abandonados à sua própria sorte e passaram a constituir um segmento marginal da sociedade. Vivendo na miséria e, além disso, vítimas de um tratamento preconceituoso, passaram a trabalhar nas atividades mais rudimentares e com menor remuneração, o que arrastou muitos deles para a criminalidade, agravando ainda mais os preconceitos, embora estes sejam sempre negados. (SILVEIRA, 2007, p. 31)

Como se vê, o escravo não tinha muita opção. Era permanecer subjugado aos mandos do seu antigo dono ou vagar pelos lugares sem perspectiva nenhuma.

A negação dos preconceitos a que Silveira (2007) se refere é um dos maiores obstáculos, senão o maior, à ascensão do debate sobre racismo. Isso porque, numa sociedade eminentemente racista, a materialização desses preconceitos não acontece somente de forma individualizada, mas, sobretudo, de forma sistêmica, a ponto de alojar os privilégios de uma elite que não é negra.

Sobre isso, de forma bastante didática, Silvio Almeida (2018) divide as concepções de racismo em três: individualista, institucional e estrutural. Embora exista essa divisão, entende-se que ela é importante para a compreensão das facetas de uma única questão: o racismo.

A concepção individualista, de acordo com Almeida (2018), se manifesta como uma patologia. Isso significa dizer que existem pessoas ou grupos de pessoas que agem ou se comportam orientados único ou exclusivamente por motivações individuais isoladas, muito caracterizadas por ofensas, violências e piadas. Compreendemos, a partir do exposto, que essa concepção de racismo é limitada, podendo abrir espaço para ideias como a de racismo reverso, discurso usado por determinado setor da elite branca para mascarar seus próprios preconceitos.

A segunda concepção, institucional, segundo Almeida (2018, p. 29), “o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições”. Isso porque as instituições são inerentes aos conflitos sociais e vice-versa.

Sendo assim, garantir o poder ou domínio sobre as instituições também garante o poder ou domínio de um grupo sobre o outro. O que nos faz retornar à ideia de racismo reverso, cuja qual, para se concretizar, seria necessário a dominação do negro sobre as instituições e, conseqüentemente, sobre os brancos.

Entretanto, historicamente o que tem se visto é o contrário. A verdade é que, de fato, os espaços sempre foram brancos. As diferenças não se constituem apenas na cor, mas, sobretudo, na garantia de privilégios e exclusividades para um deles, que não é o negro.

Conforme os fatos,

O negro não teve no Brasil a proteção de ninguém. Verdadeiro "pária" social, nenhum gesto se esboçou em seu favor. E se é certo que os costumes e a própria legislação foram com relação a ele mais benignos na sua brutalidade escravista que em outras colônias americanas, tal não impediu contudo que o negro fosse aqui tratado com o último dos descasos no que diz respeito à sua formação moral e intelectual, e preparação para a sociedade em que à força o incluíram. (PRADO JÚNIOR, 1961, 274).

Os negros foram forçados a virem para o Brasil na forma de escravos. Eles vieram amarrados, enjaulados e acorrentados. Sofrendo vários tipos de humilhação. E, mesmo com tudo isso, o Brasil, aqui enquanto Estado, portanto instituição, nada fez para reparar esse histórico infeliz. E não o fez porque quem sempre ocupou os espaços de poder foram os brancos.

Sem representatividade, os negros não têm a mínima condição de ascender de forma estrutural. Isso porque são as instituições os espaços de decisão dos rumos de todos os segmentos, seja nas escolas, nas câmaras legislativas, no judiciário ou no executivo. A importância dessa representatividade se dá nos conflitos dentro daquelas instituições no intuito de defender os interesses dos grupos participantes.

Deste modo, e como exemplo, as cotas raciais, mesmo que minimamente, conseguem alterar o cenário histórico institucional a ponto de aumentar a representatividade de minorias raciais e, conseqüentemente, enriquece o debate sobre racismo por dentro das instituições.

Entretanto, esta representatividade nos espaços institucionais por parte da comunidade negra não é suficiente. Aqui, portanto, adentramos à terceira concepção de racismo sistematizada por Silvio de Almeida (2018), a estrutural.

Segundo o autor, a concepção de racismo institucional representa um grande avanço no que concerne à compreensão e ao estudo do racismo. Porém,

Ainda que essencial, a mera presença de pessoas negras e outras minorias em espaços de poder e decisão não significa que a instituição deixará de atuar de forma racista. A ação dos indivíduos é orientada, e muitas vezes só é possível por meio das instituições, sempre tendo como pano de fundo os princípios estruturais da sociedade, como as questões de ordem política, econômica e jurídica. (ALMEIDA, 2018, p. 37-38)

Como se vê, só existem instituições racistas porque a sociedade é racista. Dito isto, entendemos que as instituições atuam condicionadamente à estrutura social à qual fazem parte. Elas atendem não somente aos preceitos das classes dominantes, mas, sobretudo, a uma estrutura racial pré-estabelecida.

Silvio Almeida (2018) adverte ainda que não devemos entender o racismo estrutural como algo natural, impassível de mudança, mas sim:

[...] o racismo, [...], cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos

cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade social. (ALMEIDA, 2018, p. 39)

Portanto, que o racismo estrutural é o pano de fundo de todos os comportamentos individuais ou coletivos e institucionais em relação à discriminação racial.

Nesse ponto, entende-se que os séculos de escravidão vividos pelos negros deixaram suas raízes na sociedade. Isso implica que a supremacia branca prevalece no subconsciente dos indivíduos fenotipicamente caucasianos a ponto de não reconhecerem qualquer avanço social alcançado pelos negros.

Por isso, como já mencionado em linhas anteriores, o Estado, mesmo após a abolição da escravidão, mantém a hegemonia branca em detrimento do negro, eliminando qualquer possibilidade de restituição e reparação pelos danos humanitários causados pelo regime escravocrata.

No âmbito dessa questão, Achille Mbembé (2014) é enfático:

Restituição e reparação estão, portanto, no centro da própria possibilidade da construção de uma consciência comum do mundo, ou seja, do cumprimento de uma justiça universal. Os dois conceitos de restituição e de reparação baseiam-se na ideia segundo a qual cada ser humano é intrinsecamente depositário de uma parte da Humanidade. Esta parte irreduzível pertence a cada um de nós e, na verdade, torna-nos, simultaneamente, diferentes e semelhantes uns aos outros. A ética da restituição e da reparação implica, por conseguinte, o reconhecimento daquilo a que podemos chamar a parte do outro, que não é a minha, e da qual eu sou no entanto o garante, quer queira quer não. Esta parte do outro não posso açambarcá-la sem consequências para a ideia de si, da justiça, do direito, em suma, da Humanidade, ou ainda para o projecto do universal, se for este efectivamente o seu destino final. (EMBEMBE, 2014, p. 304 - 305).

A reparação possibilita a renovação de uma identidade. Visto que, embora os laços afetivos e de memória do povo afro-brasileiro com os ancestrais sejam fortes, uma nova memória, ou melhor, uma memória resignificada de sua trajetória vai se moldando e se estabelecendo na sociedade de forma a preencher os vazios sociais causados pela ausência do Estado.

2. FUNDAMENTOS LITERÁRIOS

A literatura, além de ser capaz de conquistar as pessoas pela beleza poética, proporciona reflexões atemporais acerca da sociedade. Guerras, massacres, religião, sexualidade, racismo. São várias as possibilidades de discussão e apreensão de um texto literário. A verdade é que os textos literários são capazes de situar o leitor - este visto aqui não apenas como receptor e apreciador desta arte, mas como ser social, também – no mundo e compreendê-lo para transformá-lo.

Todo escritor fala da sua sociedade e do seu tempo. Isso quer dizer que a sua realidade é seu objeto de experiência literária.

Afinal, todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo – e é deles que eles falam. (SEVCENKO, 1999, p. 20)

Tzvetan Todorov (2009) concorda e amplia:

[...] a literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social que vivemos. A realidade que a literatura aspira compreender é, simplesmente [...], a experiência humana. (TODOROV, 2009, p. 77).

Entretanto, é válido destacar o papel do leitor, pois não se pode negar que quem escreve, escreve para alguém ler. E é na leitura, na apreensão do texto que se verifica, ou não, as aspirações do autor. Assim, entende-se que existe uma relação indissociável entre o autor, o texto e o leitor.

Ao dar forma a um objeto, um acontecimento ou um caráter, o escritor não faz a imposição de uma tese, mas incita o leitor a formulá-la: em vez de impor, ele propõe, deixando, portanto, seu leitor livre ao mesmo tempo em que o incita a se tornar mais ativo. (TODOROV, 2009, p.78).

Neste sentido, entende-se que é o leitor, com sua capacidade de compreender e apreender a realidade exposta naquela obra, que será capaz de tornar possível algum tipo de intervenção na sociedade. Se tornar mais ativo, a partir do autor e como pode-se entender, é justamente emergir da prática deleitosa do texto literário um pensamento crítico da realidade, não apenas a realidade vigente na obra com o tempo e espaço próprios da sua narrativa, mas a realidade do tempo e espaço presente de quem lê. Isso significa que uma obra do século XVIII pode desvelar a realidade de séculos posteriores. Sobre essa atemporalidade da literatura, Antônio Cândido (2008) discorre:

A grandeza de uma literatura, ou de uma obra, depende da sua relativa intemporalidade e universalidade, e estas dependem por sua vez da função total que é capaz de exercer, desligando-se dos fatores que a prendem a um momento determinado e a um determinado lugar. (CÂNDIDO, 2008, p. 55).

Como se vê, a literatura passa longe de ser estática. Sua função está além do código escrito. Ela é carregada de história, poesia e realidade. Nicolau Sevcenko (1999) diz:

A literatura não é uma ferramenta inerte com que se engendrem ideias e fantasias somente para a instrução ou deleite do público. É um ritual complexo que, se devidamente conduzido, tem o poder de construir e modelar simbolicamente o mundo, como os demiurgos da lenda grega o faziam. (SEVCENKO, 1999, p. 233).

Ao ler, por exemplo, “O Cortiço” de Aluísio Azevedo, datado no século XIX, nos deparamos com a caracterização e denúncia às más condições de moradia existentes na cidade do Rio de Janeiro naquela época. Tendo esse ambiente como pano de fundo, ao comparar aquela realidade à atual, pode-se verificar a continuidade dos problemas habitacionais não somente naquela cidade, mas em todas as regiões do Brasil.

Isso implica que a literatura tem a capacidade de criar e recriar o mundo a partir da vivência literária, ou seja, ela apresenta à sociedade sua própria realidade e a conduz para o seu desvelamento. Assim sendo, a literatura se torna mais do que a narração de um mundo ficcional, mas, sobretudo, a narração da própria realidade. Podendo assim, formar leitores capazes de se ver no mundo a partir de outra perspectiva.

Sobre essa perspectiva, Tzvetan Todorov (2009) é enfático:

[...] a literatura amplia o nosso universo, incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo. [...] a literatura abre ao infinito essa possibilidade de interação com os outros e, por isso, nos enriquece infinitamente. [...] Longe de ser simples entretenimento, uma distração reservada às pessoas educadas, ela permite que cada um responda melhor à sua vocação de ser humano. (TODOROV, 2009, p. 23-24).

Nesse mesmo sentido, Massaud Moisés (2007) reconhece o valor da obra a partir das suas possibilidades de reorganizar o pensamento do leitor para ver a realidade na qual está inserido.

[...] o valor da obra depende de uma série de fatores, dentre os quais se salienta o nível de aproximação e distanciamento da realidade. Daí que um romance seja tanto mais pobre quanto mais copia a vida, e tanto mais rico quanto mais a recria: não se espera de uma obra de ficção que espelhe fielmente o mundo, mas que, reorganizando-o, nos ensine a vê-lo de modo amplo e profundo. (MASSAUD MOISÉS, 2007, p. 35).

Ver o mundo de modo mais amplo é ultrapassar a fronteira da obediência, do conformismo e da ociosidade perante uma realidade que, vista do ponto mais baixo da pirâmide social, se qualifica como injusta. De outra forma, não menos importante, revela em que parte da pirâmide os sujeitos se encontram. Sendo assim, entende-se aqui que a literatura tem uma função social a desempenhar. Como dito anteriormente, a literatura ultrapassa a linha do lazer, o ato de ler em si – de “degustar” uma obra, e avança para a formação social e política dos indivíduos.

Mesmo que não seja intencional, do ponto de vista do autor, uma obra literária, através da sua narrativa, vai gerando perguntas e respostas ao leitor que, mesmo sem perceber, adquire, naquele momento, conhecimentos históricos, éticos, morais e psicológicos. Daí a importância das ciências sociais nos estudos literários, como afirma Nicolau Sevcenko (1999).

3. ANÁLISE DO CORPUS

Partindo do pressuposto de que analisar um texto deve sempre ser levado em consideração o seu contexto, tornam-se imprescindíveis os estudos históricos e sociológicos para a elaboração de qualquer análise de cunho literário. Isso implica que o texto literário tem importância para além da literatura e que, por vezes, se tornam exímios documentos históricos. A crivo de exemplificação, pode-se mencionar *A Carta de Caminha*, embora há de se ressaltar que não há consenso entre os teóricos em literatura sobre a definição se *A carta de Caminha* realmente seja texto literário, de Pero Vaz de Caminha, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha e *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre.

Seguindo essa premissa, dois textos repercutem neste trabalho no objetivo de analisar a situação dos negros após a abolição da escravidão no Brasil: o primeiro faz parte de um compilado de crônicas jornalísticas de autoria de Machado de Assis constante na série “Bons Dias” datado de 19 de maio de 1888 e intitulado *Abolição e Liberdade*; o segundo, por sua vez, *A História do Periquito e do Macaco*, presente no livro de contos “O Sol na Cabeça”, do escritor contemporâneo Geovani Martins, 2018.

3.1. A CRÍTICA SOCIAL MACHADIANA

Em palavras breves, salienta-se a genialidade de Machado de Assis em suas obras, o que o levou a ser considerado, de forma truísta, uma das figuras mais influentes da literatura brasileira, senão a maior. Entretanto, não reserva-se aqui estender palavras sobre a obra machadiana, tampouco caracterizar seu estilo. Contudo, observa-se a intrínseca relação de Machado de Assis com a crítica social, aspecto fundamental em sua obra e para os entrelaces deste trabalho.

A crivo de análise, ostenta-se a crônica “Abolição e Liberdade”, em primeira etapa, para sistematizar alguns argumentos que demonstre a situação dos negros “ex-escravos” – as aspas são propositais, pois neste trabalho sustenta-se o argumento de que os negros não foram, de fato, libertados da escravidão - após a proclamação da Lei Áurea.

Detendo-se ao texto, em resumo, trata de um pretense deputado que, em virtude da vindoura Lei Áurea, se antecipa a alforriar um jovem escravo, Pancrácio, e, no interesse de sobressair-se como homem de bem cristão, anuncia o feito num banquete oferecido a amigos.

Decerto, a intenção de Machado não era escrever sobre a Lei Áurea, mas, sim, se contrapor, através do discurso irônico de sua crônica e da arquitetura de seus personagens. O título da crônica, por exemplo, ao associarmos à temática da escravidão, nos dá sentidos equivalentes às palavras “abolição” e “liberdade”, ou seja, as palavras são semanticamente parecidas a partir da temática, o que tornaria o título redundante. Entretanto, ao refletirmos sobre o próprio título da crônica, perceberemos que ele, Machado de Assis, dá sentidos contrários às palavras em questão, expondo, portanto, que “abolição” e “liberdade” não são a mesma coisa, pois a abolição não trouxe liberdade real aos negros. Contudo, o que se observa é a consagração da

hipocrisia e do oportunismo. Para a análise, serão utilizados alguns fragmentos da crônica supracitada.

Primeiramente, não se pode deixar de observar a utilização do aspecto religioso, mais precisamente cristão, como uma crítica, por parte de Machado de Assis, aos argumentos utilizados pelo escravista para convencer seu eleitorado da sua “ação divina”:

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico. (ASSIS, 1888)
[...] finalmente, que a liberdade era um dom de Deus que os homens não podiam roubar sem pecado. (ASSIS, 1888)

Machado de Assis expõe a hipocrisia dos escravistas ao fazer um homem branco, cristão, admitir que, por séculos, roubou a liberdade de outros seres humanos. E se utilizam da religião para se sobressair, institucionalizando sua soberania através dela. É válido destacar também, o papel da mídia, que servindo aos interesses da nova elite, sustenta o discurso do homem de bem. Ironicamente, ou não, Machado de Assis faz isso numa série jornalística. Se utiliza do jornal para proferir suas críticas.

A ideia de liberdade dos escravistas também é criticada pelo cronista. Isso porque, agora dialogando com o que já foi mencionado nos apontamentos históricos e sociológicos, liberdade factual não existia:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...
— Oh! meu senhô! Fico. (ASSIS, 1888)

Ora, obviamente, Pancrácio escolheria continuar na casa. O contrário seria total abandono. Pois, o pobre “ex-escravo” não tinha perspectiva financeira, tampouco profissional, para alçar-se das terras do seu senhor. Não existe liberdade sem, ao menos, dar as mínimas condições sociais e econômicas para que os “ex-escravos” pudessem protagonizar seu próprio destino.

Outro fator a abordar é a subserviência do “ex-escravo” ao seu senhor. Essa relação se justifica pelos argumentos anteriores e pela falsa ideia de favor assimilada pelo servo. Embora perceba-se, na crônica machadiana, uma certa ambiguidade em relação à subserviência do “ex-escravo”, na qual tanto pode inferir a naturalização das relações praticada pelo próprio Machado de Assis, quanto, apenas uma sofisticada ironia do mesmo para esboçar essas relações, o presente trabalho se detém apenas no entendimento desta última abordagem. Pois, isso expõe a naturalização da noção de superioridade branca. Não só essa superioridade, mas também a enfática necessidade do sentimento de inferioridade por parte dos escravos regado por anos de violação de sua humanidade:

Quando nasceste eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...
— Artura não qué dizê nada, não, senhô... (ASSIS, 1888)

Machado de Assis expõe em sua crônica a insatisfação do homem branco à mínima ascensão do negro. A garantia de seus privilégios depende da manutenção de seu poder sobre o negro. O fragmento a seguir demonstra:

Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete. (ASSIS,1888)

A regressão monetária exposta não é ingênua. É marca da ironia machadiana em relação a esse poderio financeiro do branco sobre o negro para manutenção de sua posição. Óbvio que as quantias são ínfimas, mas simbolizam a não aceitação da ascensão do negro em qualquer perspectiva.

Os últimos fragmentos extraídos para a análise solidificam a raiz do preconceito racial. Isso porque trazem a compreensão de naturalização da supremacia da raça branca em detrimento da raça negra.

Pantrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

[...]

Tudo compreendeu o meu bom Pantrácio: daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre. (ASSIS,1888)

Em primeiro lugar, destacam-se os seguidos atos de violência do pretense deputado direcionados ao pobre “ex-escravo”. Mais uma tentativa de naturalização do racismo, ao justificar seus atos como “impulso natural”. Entretanto,

[...] a violência racial cumpria três funções. Por um lado, visava enfraquecer as capacidades dos escravos para assegurarem a sua reprodução social, na medida em que eles nunca conseguiriam reunir os meios indispensáveis para uma vida digna desse nome. Por outro lado, a brutalidade tinha uma dimensão somática. Pretendia imobilizar os corpos, destruí-los, se necessário. Por último, atacava o sistema nervoso e procurava extinguir todas as capacidades de as suas vítimas criarem um mundo de símbolos próprio. Sendo as suas energias, na maior parte do tempo, gastas em tarefas de sobrevivência, eram forçados a viver a sua vida como uma reprodução. Mas o que pautava as relações entre o senhor e os seus escravos era principalmente o monopólio que o senhor pretendia ter sobre o futuro. (MBEMBE, 2014, p. 259)

Ainda sobre a naturalização do racismo, o fato de ele estar de mal humor lhe credencia a cometer tais atos, adjetivando-o como estado natural divino. Ao utilizar o “divino”, Machado de Assis deixa clara a sua crítica também ao cristianismo. Isso porque o discurso religioso acaba por corroborar a ideia de superioridade de uma raça para outra. Tendo em vista que comparar o negro ao diabo torna-o inimigo do cristão, o que acarreta em denigrir a imagem do “ex-escravo”.

Por conseguinte, pode-se afirmar que, tomando a crônica de Machado de Assis, determinados escravos não emergiam da situação de subserviência não apenas por gratidão ou por não terem para onde ir. Isso é apenas algumas das facetas da sua subserviência. Nenhum ser humano tem o conformismo masoquista de aceitar apanhar alegremente. Não numa situação de imposta vassalagem. Salienta-se, ainda, que o próprio nome do negro, Pancrácio, após uma breve pesquisa na rede mundial de computadores, remete a uma pessoa idiota, ingênua, boba. Pode-se, portanto, supor que Machado de Assis usa o próprio nome do personagem para caracterizar a imagem que se tinha da raça negra a partir do homem branco.

Como visto, a crônica machadiana em questão levanta vários questionamentos e respostas em relação à situação do negro no período pós-abolicionista. É vital lembrar que os fragmentos e argumentos expressos nessa parte do trabalho reforçam o que já fora mencionado no tópico segundo do mesmo. E, em virtude de ser uma crônica ficcional, não é forçado afirmar que se baseia na realidade da época em que a narrativa foi produzida, tampouco que não possa traduzi-la, revelando a escassez de provisão aos negros recém “libertados” e a predominância da conflituosa relação senhor – escravo, que vira a perdurar por longo período.

3.2. O MORRO SOB AMEAÇA INSTITUCIONAL

De acordo com o já exposto, a literatura proporciona ao leitor o desvelamento da realidade. Não que caracterize fielmente essa realidade, de forma espelhada, mas que possibilite uma apreciação muito mais profunda. Em relação à realidade negra, ou da pessoa negra, se for preferível assim identificar, na conjuntura vigente, assim como observado na crônica de Machado de Assis, os atos violentos contra os negros persistem mais de um século depois. O que se percebe é a realização de um verdadeiro extermínio. Extermínio esse que está arraigado no consciente das pessoas a ponto de acharem normal tantos assassinatos de pessoas negras. Djamilia Ribeiro (2018) atesta que há uma naturalização das mortes de negros a ponto das pessoas considerarem-nas normal e que o Estado racista a endossa.

A temática abordada por Geovani Martins em seu conto “A história do Periquito e do Macaco” é a violência com que os militares da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP no morro trata os moradores do morro. Assim como na análise da crônica, não cabe aqui caracterizar o estilo do contista, mas, assim como aquele, destacar a importância de sua obra para a literatura na contemporaneidade.

A começar, destaca-se no texto de Geovani Martins a naturalização do racismo de forma até determinista. Exemplo disso se encontra no fragmento a seguir, retirado dos parágrafos iniciais:

Bagulho ficou doido, os polícia sufocando, invadindo casa, esculachando morador por qualquer bagulho. **Tu tá ligado como eles e´.** Ainda mais com jornal tudo fechado com eles, tinha que ver. (MARTINS,2018)

Ao utilizar a frase em destaque, o autor do conto revela a sensação de imutabilidade da truculência com que a polícia trata os moradores do morro.

Dito isto, percebe-se, também, que a imprensa corrobora essas ações, o que só reforça a naturalização das práticas racistas. Silvio de Almeida (2018), sobre isso, afirma que as instituições ao se omitirem diante das práticas racistas já tidas como “normais”, elas mesmas as reproduzem. Por isso, a sensação de imutabilidade.

O fragmento seguinte complementa o já colocado, porém expõe a fragilidade da polícia, pois suas ações não levam em consideração se seus atos são direcionados a morador comum ou a bandido.

Ainda mais que os cara quente do morro meteram tudo o pe para outras favela que tava mais tranquila. Quem se fodia mermo era morador, como sempre. (MARTINS,2018)

A visão de que todo o morro pode ser bandido está enraizado no subconsciente não só da polícia, mas da sociedade como um todo. Por isso, não se pode dizer que o racismo praticado pela polícia seja de caráter apenas institucional, seja apenas uma visão unilateral de um segmento da sociedade. Pelo contrário, a polícia é racista porque a sociedade é racista. E antes que se possa rechaçar estes argumentos, é indispensável esclarecer que a discriminação orquestrada pela polícia não é fato isolado, algo que acontece esporadicamente. Ela é constante.

Para deixar o racismo mais explícito, Geovani Martins incrementa o conto abordando sobre a diferença entre o tratamento que a polícia dá a um morador do morro, negro, e ao que ele chama “playboy”. Toda truculência para com o negro sem crivo para diferenciar morador e bandido. Do outro lado, toda parcimônia no uso da violência para com o branco classe média.

Só que tem um bagulho nessa história aí, o playboy não peidou não, começou discutir com ele, foi se crescendo. Ele ficou logo de pé atrás, pro maluco meter uma dessa pra ele só podia ser costa quente. (MARTINS,2018)

Não que a polícia devesse agir de forma truculenta com os brancos também. Pelo contrário, defende-se que os negros sejam tratados como os brancos, não o oposto, afinal não tem como se posicionar contra o racismo e ser a favor da violência, pois o racismo já é violento por natureza. O que interessa, de fato, é que se há diferença no tratamento de uma raça em relação à outra, mais precisamente um tratamento brando com o branco e violento com o negro, a motivação que rege essa diferença é eminentemente racista.

A narrativa de Geovani Martins não se isola no estético literário, não abranda a realidade e não se afasta dela. Corajosamente, retrata a situação dos moradores do morro numa conjuntura de desastre humanitário protagonizado pelo Estado através da polícia. Desta forma, o contista se insere na literatura e faz cumprir o papel dela em sua função social ao recriar, através das palavras, a realidade.

4. APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise da situação dos negros no período abolicionista fazendo-se perceber que os negros não tiveram sua liberdade de fato após a abolição. Isso porque ainda existiam amarras que não consentiam sua emergência. A essas amarras atribui-se a omissão do Estado em prover essa ascensão.

A violência com que os negros eram tratados quando escravos nunca deixou de existir, visto que, tanto na crônica de Machado de Assis que data do período da abolição da escravidão, quanto no conto de Geovani Martins, contemporâneo, os atos de violência vitimando negros são recorrentes. Na crônica, de forma individual, porém oriunda de uma perspectiva institucional, já que o Estado atestava legalmente os atos violentos contra negros. No segundo, as nuances do racismo podem ser observadas de forma individual/coletiva, pois quem defere os ataques são pessoas individuais, mesmo que coletivamente, mas sob ordens institucionais, o que torna uma abordagem institucional do racismo. Entretanto, há de se convir que, mesmo que essas formas sejam praticadas de maneira individual ou institucional, o processo histórico e a estrutura social fortalecem a naturalização desses atos.

Ao introduzir a imprensa em seus textos, os dois autores demonstram essa forma estrutural do racismo, pois ela desempenha papel fundamental para que a discriminação racial se perpetue após a escravidão. Na crônica, cumpre o papel de encaminhar a longevidade da supremacia, ou melhor, hegemonia branca. Já no conto, através da denúncia do narrador de um provável ocultamento dos crimes policiais, o que reforça a naturalização desses atos.

Tanto Machado de Assis, com toda sua genialidade já consagrada em toda a sociedade, quanto Geovani Martins, que desponta como um novo nome na literatura nacional, conseguem, através das suas narrativas, elucidar as facetas do racismo, sejam elas individual, institucional ou estrutural. No plano, individual, por exemplo, perebe-se as ações do senhor de escravos e dos policiais que se usam da violência. Já no plano institucional, além da imprensa, o Estado corrobora os atos racistas, primeiro porque admite a escravidão, segundo porque nada faz para solucionar a questão. No que tange à forma estrutural, pode-se afirmar que ambos os autores contemplam-na. Pois o pano de fundo de qualquer ato racista é estrutural.

Após o exposto, percebe-se que a situação do negro pouco mudou depois da abolição. Fazendo um paralelo com os apontamentos teóricos, ela não mudou porque existe uma estrutura racial que impossibilita a ascensão dos antigos escravos e seus descendentes. Seja qual for a esfera ou o segmento da sociedade que sobressaia positivamente, a representatividade do negro é mínima. Isso se deve não somente à omissão do Estado, mas, sim, à concepção de que essa situação seja natural. À guisa de hipótese, pode-se afirmar que, se Pancrácio subisse o morro, das duas, uma: morreria na bala ou morreria de fome.

Esse trabalho se insere no debate racial oportunizando o conhecimento, mesmo que inicialmente, das facetas do racismo e suas reverberações ao longo dos tempos. Além disso, destaca-se a importância, principalmente para os estudiosos da literatura, de compreender que as obras literárias estão muito além do estilo artístico. A literatura é chama de conhecimento e ponte para transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ASSIS, Machado de. **Abolição e Liberdade**. In: **Fuga do Hospício**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2003 p. 23-25

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Azul, 2008.

MARTINS, Geovani. **A História do Periquito e do Macaco**. In: **O Sol na Cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 37 – 43.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MOISES, Massaud. **A Análise Literária**. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

RIBEIRO, DJAMILA. **Vidas Negras Importam ou a comoção é seletiva? In: Quem Tem Medo do Feminismo Negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 69 – 70.

SEVSENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVEIRA, R. M. Godoy. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

TODOROV, Tzvetan. **A Literatura em Perigo**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.